MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho (extracto) n.º 11 532/2007

Delegação de competências

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, e no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, delego as seguintes competências no director nacional de Recursos de Protecção Civil licenciado José Paulo Magalhães Gamito Carrilho:

a) Autorizar, dentro dos limites estabelecidos pelo respectivo orçamento anual, transferências de verbas subordinadas à mesma classificação orgânica e a antecipação até dois duodécimos por rubrica, com os limites anualmente fixados pelo Ministério das Finanças, não podendo, em caso algum, tais autorizações servir de fundamento a pedido de reforço do respectivo orçamento;
b) Autorizar a constituição de fundos de maneio até ao limite de um duodécimo;
c) Celebrar contratos de seguro nos termos previstos no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, dentro dos limites da sua competência delegada para autorizar despesas;
d) Autorizar a prestação de serviços e a venda de produtos próprios, fixando os respectivos preços;
e) Autorizar despesas com empreitadas de obras públicas e aquisição de bens e serviços, no âmbito do regime da despesa pública e da contratação pública em vigor, até ao valor de € 20 000;
f) Autorizar pagamentos de despesas urgentes até ao limite de € 500, a suportar por fundo de maneio;
g) Autorizar o reembolso de propinas nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 297/2000, de 17 de Novembro;
h) Estabelecer relações horizontais ao seu nível com outros serviços e organismos da Administração Pública e com outras entidades congéneres nacionais, internacionais e estrangeiras;
i) Assinar a correspondência e o expediente necessários à execução de decisões, com excepção do endereçado a órgãos de soberania e a gabinetes ministeriais;
j) Dirigir e coordenar a actividade do Gabinete Jurídico;
k) No âmbito da gestão do pessoal afecto à estrutura operacional dos comandos distritais de operações de socorro, mediante parecer prévio do comandante operacional nacional:

i) Autorizar a prestação de horas extraordinárias, observados os condicionalismos legais, com excepção do previsto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 27.º e no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
ii) Justificar ou injustificar faltas e conceder licenças por período inferior a 30 dias;
iii) Autorizar o gozo de férias;
iv) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença, bem como o exercício de funções em situação que dê lugar à reversão do vencimento de exercício e o respectivo processamento;
v) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes, títulos de transporte, alojamento e ajudas de custo, antecipadas ou não.

2 — Ao abrigo do disposto no artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, autorizo o director nacional de Recursos de Protecção Civil licenciado José Paulo Magalhães Gamito Carrilho a subdelegar as competências referidas nos números anteriores.
3 — Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, ficam ratificados todos os actos praticados pelo director nacional de Recursos de Protecção Civil licenciado José Paulo Magalhães Gamito Carrilho no âmbito das competências ora delegadas desde 2 de Abril de 2007 até à data de publicação do presente despacho.
4 — O presente despacho entra em vigor à data da sua publicação.

11 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz.*

Direcção-Geral de Administração Interna

Despacho n.º 11 533/2007

Considerando o Decreto-Lei n.º 203/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna;
Considerando o Decreto-Lei n.º 78/2007, de 29 de Março, que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral da Administração Interna e onde se determina que ela desenvolve a sua missão designadamente nas áreas das relações internacionais e da administração eleitoral, torna-se necessário nomear os novos dirigentes daquelas estruturas orgânicas, em especial atendendo à necessidade de manter o funcionamento daqueles serviços com os dirigentes que já desempenhavam funções semelhantes nas unidades orgânicas extintas.
Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, são nomeados, em regime de substituição, para titular de cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção de Serviços de Relações Internacionais e Cooperação o subintendente Paulo Jorge do Espírito Santo Caldas, para titular do cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção de Serviços Jurídicos e de Estudos Eleitorais a Dr.ª Maria da Graça Marques Miragaia Archer e para titular do cargo de direcção intermédia do 1.º grau da Direcção de Serviços de Apoio ao Recenseamento e Processo Eleitoral o engenheiro Domingos Lourenço de Magalhães.
O presente despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2007.

2 de Abril de 2007. — A Directora-Geral, *Rita Faden.*

***Curriculum vitae* (síntese)**

1 — Dados pessoais:

Nome — Paulo Jorge do Espírito Santo Caldas;
Data de nascimento — 31 de Dezembro de 1966.

2 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna;
Curso de Direcção e Estratégia Policial pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

3 — Carreira profissional:

2007 — assessor do Gabinete de Assuntos Europeus do Ministério da Administração Interna;
2000-2006 — oficial de ligação do Ministério da Administração Interna junto da Embaixada de Portugal no Maputo:

Responsável pela ligação entre as forças e serviços de segurança portuguesas e as forças de segurança da República de Moçambique;
Responsável pela coordenação e execução dos projectos de cooperação técnico-policial com a Polícia da República de Moçambique;
Assessoria/apoio técnico ao Comando-Geral da Polícia da República de Moçambique;
Assessor da Comissão de Elaboração do Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique;
Assessor técnico da UTIPE — Unidade Técnica de Implementação do Plano Estratégico da Polícia da República de Moçambique;

1993-2000 — Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna:

Comandante do Corpo de Alunos;
Comandante da Companhia de Alunos;
Docente equiparado a assistente;
Membro do conselho científico-pedagógico;

1992-1993 — Comando Metropolitano de Lisboa:

Comandante de esquadra;
Comandante das Brigadas AntiCrime e de Investigação Criminal;

1992 — oficial de segurança na presidência de Portugal na União Europeia;
1991 — Escola Prática de Polícia:

Comandante de pelotão;
Docente da área de Ciências Jurídicas — Direito Penal e Processo Penal.

Curriculum vitae

Domingos Manuel Lourenço de Magalhães.
1 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Química pela Universidade do Porto (FEUP) em 1975, tendo concluído a parte escolar do curso em 1972;

Curso de Matemáticas Aplicadas à Investigação Operacional (nível de pós-graduação), no Centro de Cálculo Científico do Instituto Gulbenkian de Ciência em Oeiras, 1972-1973;
Serviço militar em 1974 e 1975 (parte em Moçambique).

2 — Carreira profissional:

Director de serviços de Cadastro e Logística Eleitorais no STAPE de 1993 a 2007;
Presidente de comissões arbitrais para a fixação das indemnizações compensatórias às estações de televisão e rádio pela transmissão dos tempos de antena (2001-2007);
Missões no estrangeiro sobre assuntos eleitorais (International IDEA «Electoral Management Design» 2005-2006, OSCE — ODIHR, Parlamento Europeu, Conselho da Europa — grupo de trabalho sobre *e-voting*) e sobre a transição para a democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa (Angola — Seminário Internacional sobre Preparação de Processos Eleitorais e Realização de Eleições Multipartidárias, 1991; Guiné-Bissau — diagnóstico e aconselhamento sobre a realização de eleições multi-partidárias, 1992; Cabo Verde — processo eleitoral, 1993, e recenseamento eleitoral, 1997;
Participação na análise da viabilidade de utilização dos ficheiros de eleitores no apoio à realização dos censos da população (EUROSTAT) e, em 1994-1995, no grupo de trabalho sobre estatísticas da demografia, no âmbito do Conselho Superior de Estatística;
Assessor de informática principal em 1991;
Presidente e membro do júri de concursos de pessoal. Orientação na vertente profissional de estágios de licenciatura (FCUL) em Matemáticas Aplicadas e Estatística e Investigação Operacional;
Assessor, por concurso, em 1988;
Nomeado técnico superior principal e chefe de divisão em 1980;
Vogal suplente do MAI no Conselho Nacional de Estatística em 1978-1979;
Coordenador do Departamento de Cadastro e Estatística do STAPE;
Ingresso no Ministério da Administração Interna (MAI) em Dezembro de 1975 como técnico de estatística.

3 — Trabalhos e artigos:

«Voto electrónico — Análise de algumas experiências», 2000;
«Atlas eleitoral/SIG», comentário aos trabalhos dos alunos finalistas do Departamento de Geografia e Planeamento Urbano, FCSH-UNL (Junho de 1999);
«Análise das variações do número de inscritos no recenseamento eleitoral e do número de votantes nas eleições da Assembleia da República, entre 1976 e 1995» (GraphPad Prism);
«Estatísticas eleitorais — Alguns exemplos de aplicação», conferência na Universidade Lusíada, Lisboa, 1994;
«Algumas observações sobre a informatização do recenseamento eleitoral», *Eleições,* Julho, 1992;
«Análise da (des)proporcionalidade no sistema eleitoral português», *Actas do 1.º Encontro de Estatística e Aplicações,* da Universidade do Minho, Braga (Abril de 1990);
«Classificação dos distritos/Regiões Autónomas — Cluster analysis» (SPSS), 1990;
«A informática no STAPE», *Eleições,* Outubro, 1990.

Nota curricular

Dados pessoais:

Maria da Graça Seromenho Marques Miragaia Archer;
Data de nascimento — 15 de Agosto de 1947;
Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e licenciada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
Carreira profissional:

De 2000 a 2007 — directora de serviços da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais (DSJE) do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), do Ministério da Administração Interna;
De 1993 a 2000 — chefe de divisão de Estudos (DE) da Direcção de Serviços Jurídicos e Eleitorais do STAPE, do Ministério da Administração Interna;
De 1984 a 1993 — técnica superior no STAPE, do Ministério da Administração Interna;
De 1975 a 1984 — técnica de serviço social na Direcção de Serviços de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa;
Nomeada por despacho do SEAMAI para integrar as comissões coordenadoras dos Protocolos de Cooperação no Domínio Eleitoral entre a República Portuguesa e as Repúblicas de Cabo Verde e da Guiné-Bissau;
Representante do STAPE no grupo de trabalho para a implementação do II Plano para a Igualdade;
Coordenadora dos processos de votação dos eleitores portugueses residentes no estrangeiro em diversos actos eleitorais (1987 a 2004).

Missões no estrangeiro no âmbito da cooperação eleitoral:

Julho de 2005 — participação no British-Angola Forum Conference on the challenges for free & fair elections in Angola;
Maio de 2005 — participação num *workshop* sobre o Projecto de Aperfeiçoamento do Recenseamento Eleitoral e da Questão da Base de Dados, na cidade de Namacha, República de Moçambique;
Participação no seminário eleitoral Jornadas Constitucionais na qualidade de oradora, na primeira mesa redonda, subordinada ao tema «O actual sistema eleitoral e as suas consequências políticas», Fevereiro de 2004 — Faculdade de Direito da República da Guiné-Bissau;
Maio de 2000 — palestra efectuada na Universidade Nova de Lisboa, subordinada ao tema «Caracterização dos eleitos das autarquias locais — 1982-1989-1993» — publicações do STAPE;
Prestação de assistência técnica e apoio aos processos de recenseamento e eleitorais ocorridos na República de São Tomé e Príncipe desde 1992 até 2007;
Prestação de assistência técnica e apoio aos processos de recenseamento e eleitorais ocorridos na República da Guiné-Bissau desde 1993 até 2003;
Participação nas reuniões preparatórias das comissões mistas de cooperação com as Repúblicas de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe — 1995;
Prestação de assistência técnica e apoio aos processos eleitorais ocorridos na República de Moçambique — eleições de 1994, 1999 e 2003;
Integrou a delegação da CPLP nas eleições autárquicas em Fevereiro de 2002 e na eleição do Presidente da República em Fevereiro de 2001, ambas na República de Cabo Verde;
Deslocações a Timor-Leste, em missões exploratórias organizadas pela Comissão Europeia, com vista a definir o apoio a prestar às eleições para a Assembleia Constituinte — Abril de 2001 — e às eleições para a Presidência da República — Janeiro de 2002;
Participação na missão bilateral de observação às eleições para a Assembleia Constituinte em Timor-Leste — Agosto de 2001;
Participação na missão de observação internacional ao processo eleitoral na República da África do Sul — Abril de 1994;
Missão de observação internacional — eleições — 1992 — República de Angola.

Trabalhos publicados:

Vários artigos publicados na revista *Eleições*, do STAPE/MAI.

Outras publicações — participação como autora ou coordenadora técnica de estudos publicados nos seguintes domínios:

Caracterização dos Eleitos para as Autarquias Locais — 1982, 1993, 1989, 1997 e 2001; e
Atlas Eleitoral de todos os actos eleitorais e referendários ocorridos entre 1975 e 2005.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 10 610/2007

Concede a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Manuel Barbosa Santos Teixeira Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Outubro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Luís Manuel Barbosa Santos Teixeira, natural de Nossa Senhora da Conceição, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 7 de Agosto de 1973, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.os 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

15 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Despacho n.º 11 534/2007

Lista n.º 24/07

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Março de 2007, foi concedido o estatuto de igualdade de direitos e deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000, de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1